

O CAPITAL HUMANO: UMA CRÍTICA A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT

Flávia Cristina Silveira Lemos

Dolores Galindo

Franco Farias da Cruz

Renata Vilela Rodrigues

No neoliberalismo, o governo assume a característica de uma tecnologia que gere a conduta dos outros: governar é agir sobre as pessoas que devem ser consideradas livres. Nessa arte de governar, o mercado torna-se instrumento de inteligibilidade, verdade e medida da sociedade e do governo (Foucault, 2008a; Lazzarato, 2013). Já a biopolítica regula o planejamento e a gestão de saúde, de higiene, da alimentação, do controle de natalidade, das taxas de mortalidade, da regulação da sexualidade, enfim, das estatísticas, demografias, geopolíticas, impactos econômicos e políticos, por meio das análises de probabilidade (Castiel, 2010; Foucault, 2008a).

Foucault (2008a), no livro *o Nascimento da Biopolítica*, traça a maneira como passamos de um regime liberal, desenvolvido durante o século XVIII, para um Estado do bem-estar social (keynesianismo), o qual emerge no início do século XX, e, finalmente, a partir da década de 1970, para uma governamentalidade neoliberal. Apesar de o liberalismo e o neoliberalismo exibirem semelhanças na forma de governar, têm sido equivocadamente empregados como iguais.

O neoliberalismo apresenta algumas particularidades em relação ao liberalismo. Tem descontinuidades históricas. Foucault (2008a), tomando como exemplo a forma de governar de grande parte da Europa e dos Estados Unidos, mostra que o liberalismo nasce no século XVIII como uma arte de governar os homens, suas condutas, suas ações e reações, com base em algo que se chama Estado e nas teorias econômicas de Adam Smith e dos fisiocratas.

As principais características do liberalismo são: (a) uma forma de veridicção do mercado baseada na concorrência entres os Estados com o objetivo de enriquecimento da economia estatal. Tal concorrência só é possível à medida que se instaura uma economia política, que consiste num “método de governo capaz de assegurar a prosperidade de uma nação” ao manter o equilíbrio econômico entre os Estados (Foucault, 2008a, p. 19); (b) o mercado, ao estabelecer qual o preço justo a se pagar nessa relação concorrencial, discerne quais práticas de governamentalidade são verdadeiras e quais são erradas, empregando, com isso, uma autolimitação do Estado pelo cálculo da utilidade governamental; e (c) o liberalismo é produtor de liberdade, uma vez que ele só funcionará como razão governamental, se existirem liberdades individuais e econômicas. Todavia, essa liberdade é algo fabricado, pois é pela criação de uma razão do Estado, por meio de dispositivos de segurança, que se vai decidir até que ponto as liberdades individuais e econômicas não constituem um perigo ao interesse de todos (Foucault, 2008a).

No liberalismo, a liberdade de mercado é concedida como liberdade de deixar fazer (*laissez faire*):

o que vai possibilitar inserir uma liberdade de mercado no interior da razão de Estado e no interior do funcionamento do Estado de política é simplesmente esse mercado que, ... regido pelo *laissez-faire*, vai ser um princípio de enriquecimento, de crescimento e, por conseguinte, de poder para o Estado. (Foucault, 2008a, p. 140, grifo do autor)

Entretanto, os limites da prática governamental não são traçados por esse mercado do deixar fazer, nem pelos indivíduos que o governo dirige, mas pela própria esfera da governamentalidade enquanto um conjunto de práticas heterogêneas. Portanto, o Estado é uma abstração e efeito dessa multiplicidade de governos entrecruzados num regime disciplinar e de segurança.

No início do século XX, mais especificamente na década de 1930, surgiram políticas econômicas estatais para o bem-estar social com o intuito de reverter uma crise econômica e social instaurada pela chamada Crise de 1929 e pela queda da Alemanha nazista. Foucault (2008a) mostra que essas políticas do bem-estar, conhecidas também como Escola keynesiana, já que têm sua emergência nas ideias político-econômicas de John Keynes, consistiam em políticas econômicas intervencionistas elaboradas entre 1930 e 1960, logo após a Segunda Guerra Mundial.

Essas intervenções levaram a algo que Foucault (2008a) denomina crise do liberalismo manifestada em reavaliações, estimativas e novos projetos na arte de governar na Alemanha, antes e imediatamente após a guerra, e nos Estados Unidos, pelo presidente Franklin Roosevelt, com o New Deal, o qual objetivava recuperar e restaurar a crise econômica dos Estados Unidos por meio de uma série de medidas econômicas baseadas no bem-estar social.

Contudo, por volta de 1970, o modelo do bem-estar social começa a ceder lugar às ideias liberais desenvolvidas no século XVIII com pequenas modificações nas formas de governamentalização do Estado, a partir do desenvolvimento de uma fobia do Estado (Miller & Rose, 2012). O surgimento da arte de governar neoliberal,

“na reflexão de Foucault, indica significativas transformações nas práticas de governo de pessoas, populações e da circulação de coisas” (Rodrigues, 2013 p. 136).

Nos processos neoliberais, o Estado tem por função regular uma gestão governamental de menos intervenção no mercado e exercer uma regulamentação no plano do direito público, a fim de criar uma racionalidade de governo. Também, busca administrar as condutas das pessoas sem destruir sua existência e autonomia, o que é possível pela proliferação de especialistas – médicos, cientistas, pais, agentes sociais – e da criação de alianças entre cidadãos livres e mercados internacionais (Miller & Rose, 2012).

Nessa direção, o papel do Estado consiste em criar e preservar o marco institucional apropriado para o desenvolvimento de algumas práticas para a sociedade. Ou seja, o governo neoliberal intervém “sobre a própria sociedade em sua trama e em sua espessura” (Foucault, 2008a, p. 199).

Foucault (2008a, p. 107) apresenta duas ancoragens por meio das quais se desenvolve o neoliberalismo: “ancoragem alemã, que se prende à República de Weimar, à Crise de 29, ao desenvolvimento do nazismo, à crítica do nazismo e, enfim, à reconstrução do pós-guerra” e a ancoragem americana, “um neoliberalismo que se refere à política do *New Deal*, à crítica da política de Roosevelt e vai se desenvolver e se organizar, principalmente depois da guerra, contra o intervencionismo federal”.

No neoliberalismo alemão, a Escola de Friburgo, ou as teorias políticas e econômicas dos ordoliberais, teve papel importante na redefinição da arte liberal de governar. Diante de uma Alemanha desacreditada pela economia política e por sua população, o problema do neoliberalismo alemão consistia em reerguer um Estado que não existia mais, a liberdade econômica tinha que fazer existir e ser, ao mesmo tempo, limitadora de um Estado a partir de um espaço não estatal.

Em outras palavras, o problema da Alemanha de 1948 era “como conseguir articular a legitimidade de um Estado com a liberdade dos parceiros econômicos, admitindo-se que a segunda é que deva fundar a primeira, ou servir de caução à primeira”. Para que isso acontecesse, os ordoliberais defendiam que não é mais o Estado quem define o que é certo ou errado, como fazia no liberalismo do século XVIII, mas a economia de mercado, pela livre concorrência entre os Estados:

Pois bem, façamos o inverso e peçamos à economia de mercado muito mais do que lhe foi pedido no século XVIII, porque, no século XVIII, o que e que se pedia a economia de mercado? Que ela dissesse ao Estado: a partir de certo limite, quando se trata de certa questão, e a partir das fronteiras de certo domínio, você não intervirá mais. Isso não basta, dizem os ordoliberais. Visto que, de todo modo, o Estado é portador de defeitos intrínsecos e visto que nada prova que a economia de mercado tenha esses defeitos, peçamos à economia de mercado para ser em si mesma, não o princípio de limitação do Estado, mas o princípio interno de regulação do Estado, de ponta a ponta da sua existência e da sua ação. ... Em outras palavras, um Estado sob a vigilância do Estado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado. (Foucault, 2008a, pp. 158-159)

A concorrência torna-se importante na teoria de mercado dos ordoliberais. Esse princípio de economia de mercado segue a lógica do *laissez-faire* do século XVIII, com a diferença de que, agora, está submetido a uma vigilância e a uma intervenção permanentes. A concorrência da arte de governar neoliberal é acompanhada por uma política social que visa à capitalização de todas as classes sociais, tratando-se de uma capitalização a mais generalizada possível e que terá por instrumentos a seguridade individual e a propriedade privada (Foucault, 2008a, 2008b; Miller & Rose, 2012).

Nessa direção, a concorrência não é dada como algo natural da sociedade, mas como uma estrutura dotada de propriedades formais

que podem assegurar a regulação econômica pelo mecanismo dos preços. Nessa relação concorrencial, os ordoliberalistas apontavam a necessidade da formalização da sociedade em formato de empresa: a casa individual, as pequenas comunidades e vizinhanças, tudo era concebido e gerenciado como empresa (Foucault, 2008a).

O neoliberalismo americano tem seus representantes na Escola de Chicago, que não foi simplesmente uma opção econômica e política, tal qual o neoliberalismo alemão, porém consistiu em “toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais do que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (Foucault, 2008a, p. 301).

Foucault enfatiza que a arte de governar neoliberal nos Estados Unidos desenvolveu-se a partir de dois tipos de programação. Em primeiro lugar, o programa de análise da criminalidade e da delinquência e da política sobre drogas, o qual permitiu que crimes entrassem nos cálculos econômicos, sendo governados por meio da teoria do capital humano. Os crimes e os usos de drogas, o comércio e o transporte dessas seriam analisados em termos elásticos de punição. Os crimes deveriam ser avaliados em termos dos danos causados, dos custos e benefícios de determinada maneira de punir. Essa política foi chamada de Law Enforcement Against Prohibition (Foucault, 2008a).

A segunda problemática era o governo da família e dos filhos pelas práticas educativas e por meio da herança genética. A preocupação tinha caráter ambientalista e evolucionista. Governar competências e habilidades, investimentos e contratos de prejuízos e lucros na relação, como essa funcionasse como uma empresa a administrar e forjar o tempo todo (Foucault, 2008a).

Capital humano, proveniência, emergência e alguns dos seus efeitos

O capital humano vem sendo definido como tudo o que pode ser, de uma forma ou de outra, uma renda futura: “é o conjunto

de todos os fatores físicos e psicológicos que tornaram uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário” (Foucault, 2008a, p. 30). Para Foucault (2008a), o capital humano é composto de elementos inatos e adquiridos. Os elementos inatos são condições inerentes aos seres humanos que se tornaram capitalizáveis, ou seja, entram nos mecanismos econômicos, como, por exemplo, os aspectos genéticos das pessoas.

Os elementos adquiridos são formados por investimentos educacionais e psicológicos dispensados pelos pais na formação de indivíduos competência-máquina: “o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano” (Foucault, 2008a, p. 315), já que essa competência-máquina que está sendo formada trará contribuições lucrativas à economia de mercado, à medida que se torna produtiva e, para os pais, gera uma satisfação psicológica.

Dessa maneira, a teoria do capital humano possibilitou reinterpretar, em termos econômicos, vários campos que até então eram considerados não econômicos. Consiste numa generalização da economia de mercado no corpo social, ou seja, as relações sociais tornaram-se também relações econômicas. Essa generalização permite que a forma econômica funcione como princípio regulador e de racionalidade para organizar o cotidiano das pessoas, como o casamento, a prisão, a criminalidade e a educação (Guareschi, Lara, & Adegas, 2010).

De forma similar ao neoliberalismo alemão, a análise econômica dos neoliberais americanos está baseada em uma sociedade constituída de unidades-empresa, “o verdadeiro sujeito econômico não é o homem da troca, não é o consumidor ou o produtor, mas a empresa” que se torna, por sua vez, “certa maneira de se comportar no campo econômico – uma forma de concorrência em função de planos e projetos, com objetivos, táticas, etc.” (Foucault, 2008a, p. 240).

Na arte de governar neoliberal americana e alemã, bem como naquela que se desenvolve pelo resto mundo, a governamentalidade, concebida como o conjunto de instituições, procedimentos, análises e cálculos das maneiras de governar uma população (Foucault, 2008a), tem como saber a economia política e por instrumento técnico os dispositivos de segurança (Foucault, 2008b). Economia política refere-se a um tipo de método de governar responsável por assegurar a prosperidade de um Estado; trata-se da regulação e da limitação da produção e circulação das riquezas de uma nação (Foucault, 2008a). Os dispositivos de segurança estão diretamente articulados com a liberdade em sua dimensão jurídico-liberal, constantemente vigiada enquanto os interesses individuais são regulados, para que não se constituam como uma ameaça aos interesses coletivos.

Segurança, biomedicina e novos contornos para governar o capital humano

Aos dispositivos de segurança cabe a tarefa de proteger o interesse coletivo em detrimento dos individuais. Foucault (2008b, p. 14), em *Segurança, Território e População*, ressalta que a “segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriedade de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina”. A emergência de dispositivos de segurança dá-se no interior de mecanismos de controle social, como, por exemplo, na organização da vida urbana e da delinquência e criminalidade, e de mecanismos que têm por função modificar e regular questões inerentes da condição biológica dos seres humanos, como no caso das biopolíticas.

Foucault (2008b, p. 27) mostra, ainda, que os dispositivos de segurança vão trabalhar com o futuro, na medida em que o espaço próprio da segurança remete a uma série de acontecimentos possíveis, ao temporal e ao aleatório. Contudo, “um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado”, porque os

dispositivos de segurança trabalham, criam, organizam e planejam um dado fenômeno antes que ele aconteça, fazendo entrar em cena as práticas de prevenção e redução de danos tão comuns nas sociedades liberais e democráticas atuais. Assim, o que está no âmago dessa nova razão governamental são os jogos de liberdade e segurança (Foucault, 2008a, p. 89).

Contemporaneamente, estamos todos imersos numa política neoliberal similar àquela que ocorreu nos Estados Unidos, em que todos os aspectos da vida são passíveis de serem governados, administrados, capitalizados e comercializados. Foucault (2008a) argumenta que a teoria do capital humano permite entender os problemas de economia pelos quais passam alguns países ditos em desenvolvimento. Para ele, tais problemas emergem não apenas em termos de bloqueio dos mecanismos econômicos, mas também em consequência do insuficiente investimento do capital humano. Mas, pensando os contornos históricos a partir dos quais o Brasil constituiu-se como Estado-nação, percebe-se que a forma de política neoliberal que vivemos hoje se assemelha igualmente ao neoliberalismo alemão, uma vez que, diante de um Estado que não existia e ficou desacreditado pela população após um regime militar autoritário que esteve em vigor de 1964 a 1974, vivenciamos uma política liberal-democrática na qual a economia de mercado tem como meta a formação e a limitação de um potencial econômico para a livre concorrência entre os Estados, ao mesmo tempo em que pretende capitalizar todas as esferas do social.

De acordo com Foucault (2008a), o neoliberalismo passa a ser uma racionalidade importante para o desenvolvimento de uma biopolítica da população e do capitalismo para a liberdade econômica do mercado. Alude-se à biopolítica “para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana”. Nessa perspectiva, a própria vida torna-se objeto de lutas políticas e econômicas (Foucault, 1988, p. 134).

Em outras palavras, as biopolíticas formam um conjunto de estratégias de regulação da vida, tendo como alvo os corpos das populações e objetivando produzir mais vidas, mais saúde, expressas em uma multiplicidade de dados estatísticos, médias e índices (Prado-Filho, 2010). A biopolítica tem como função fazer viver e deixar morrer, por meio da criação de estratégias de regulação para intervir no aumento da longevidade, controlar acidentes e eventualidades, melhorar a deficiência genética humana. O poder é cada vez mais “o direito de intervir para viver, e na maneira de viver, e no ‘como’ da vida” (Foucault, 2005, p. 295, 2008a).

Foucault (2005), no livro *Em defesa da sociedade*, enumera três princípios, ou três pontos, a partir dos quais se constitui a biopolítica: (a) a noção de população – a biopolítica lida com um corpo múltiplo, com inúmeras cabeças. A noção de população emerge como problema político, econômico, científico e social e que tem suas próprias regulações por meio das leis; (b) a natureza dos fenômenos – a biopolítica vai se dirigir a fenômenos coletivos que só aparecem com seus efeitos econômicos e políticos; e (c) os mecanismos implantados pela biopolítica são de medidas regulatórias – trata-se de estabelecer previsões e estimativas estatísticas a fim de criar estratégias de regulação a uma dada população, com o intuito de otimizar a vitalidade de todos. Dessa maneira, as estratégias e as contestações biopolíticas preocupavam-se com problemas inerentes à vida, considerando as formas de conhecimento, os regimes de autoridade e as práticas de intervenção desejáveis, legítimas e eficazes.

Os dispositivos biopolíticos nascem no momento em que o Estado leva em conta a questão de como se devem governar as pessoas, os bens e as riquezas; quais estratégias devem ser criadas para que um bom pai saiba fazer prosperar sua família (Lazzarato, 2000). As primeiras áreas de intervenção, de saber e de poder da biopolítica foram as taxas de natalidade, de mortalidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio (Foucault, 1988, 2005, 2008a).

Na biopolítica da metade do século XX, essas questões deixaram de ser preocupações somente estatais, tornando-se igualmente assuntos privados. Nessa perspectiva, medidas de regulação foram criadas para instruir as pessoas quanto ao cuidado com seus corpos, desde higiene básica até estratégias para controlar as doenças. O Estado empregava medidas para preservação e gerenciamento da saúde coletiva, porém eram os próprios indivíduos que deveriam exercitar a prudência biológica para o seu próprio bem-estar e de suas famílias (Ortega, 2004; Rose, 2011).

Recentemente, outros campos também entram nos circuitos e cálculos das regulações biopolíticas, como, por exemplo, manipulação gênica, fertilização *in vitro* e células-tronco. Neste trabalho destacamos o poder de gerar vitalidade que as células-tronco do cordão umbilical têm. Essas células entram nos cálculos e mecanismos biopolíticos na medida em que, devido a suas características de regenerar, serem flexíveis e robustas, podem ser congeladas, replicadas e distribuídas em qualquer localidade do mundo, sem perda de sua eficácia e, com isso, gerar vitalidade e incidir sobre as taxas de mortalidade (Waldby, 2006).

A biopolítica no século XXI abre-se, assim, para dimensões ecológicas alternativas nas quais as biotecnologias arregimentam novas formas de vida social e participação política (Novas, 2006; Rabinow, 1999). A própria vida vem se tornando assunto na problematização do cotidiano e não mero objeto de investigação. A vida em si mesma, ou própria vida (do original *life itself*), é uma terminologia criada por Franklin (2000) para se referir à forma como a comercialização da própria vida levantava indagações sobre a acumulação de capital, bem como a maneira como as pessoas têm tratado a vida, não mais como algo naturalizado, mas fabricado e comercializado pelo imaginário genético.

No texto *Life itself: global nature and the genetic imaginary*, Franklin (2000) explora o conceito de própria vida a partir da análise da popularização do filme hollywoodiano *Jurassic Park*, no qual as tecno-

logias genéticas são narradas e animadas como produção e consumo, permitindo visualizar como entidades geneticamente modificadas são nascidas, criadas, construídas e, principalmente, imaginadas pelas pessoas. Com a análise do filme, Franklin (2000) gera um conjunto de perspectivas sobre as imagens produzidas pelas indústrias genéticas que têm modulado o modo como nos relacionamos com os artefatos de inovação tecnológica e, com isso, com nossa própria vida (Franklin, 2005).

Também numa análise das estratégias da política da própria vida, Rose (2013) aponta que a política da vida em si mesma de nosso século não é delimitada simplesmente pelos polos de doença ou saúde, nem procura eliminar patologias para proteger um suposto destino da nação; na verdade, preocupa-se em controlar, administrar, projetar, remodelar e modular as próprias capacidades vitais dos seres humanos enquanto criaturas viventes, visando a fornecer segurança, bem-estar e promessas, de sorte a contribuir para a saúde individual e nacional, num nível também molecular.

A acepção da vida em si mesma está no cerne do capital biogenético, compreendido como um regime que privilegia por investimentos financeiros e um mercado em potencial lucrativo (Bradoiti, 2007). A vida em si mesma torna-se maleável às relações econômicas e a vitalidade é decomposta em objetos, como as células-tronco umbilicais, às quais se pode atribuir um valor (Rose, 2013).

Com a emergência das biotecnologias e sua intervenção cada vez mais intensa nos corpos e na saúde humana, a biopolítica contemporânea não age apenas nos fenômenos inerentes à população, tais como natalidade, mortalidade, casamento e habitação, mas também nas formas de viver proporcionadas pelas biotécnicas, as quais intervêm sobre a vida por meio da manipulação do material genético, tornando possível alterar certas condições genéticas e forjar novas formas de governo de si e do outro. Assim, economia e política cruzam-se com as tecnociências, com o objetivo de proporcionar saúde e longevidade da população.

Ainda sobre as condições biopolíticas contemporâneas, Salter e Waldby (2011) argumentam que, no contexto de mercado cada vez mais globalizado, o conhecimento e o controle do futuro de uma bioeconomia geram uma forma especial de biopolítica na qual mercados com ambição econômica e política global aliam-se aos avanços da biomedicina. Dessa forma, a biopolítica atual está dirigida às exigências globais dos mercados internacionais, ao mesmo tempo em que está embutida nas estruturas políticas locais que regulam e reformatam os corpos na direção de torná-los mais saudáveis e resistentes à depredação do tempo.

Como aponta Prado-Filho (2010), presenciamos uma sociedade capitalista, científico-tecnológica e urbana, cujos problemas políticos e econômicos dizem respeito ao governo “do todo e de cada um” como organismos vivos, ou seja, ao governo da vida e das condutas por meio da aplicação de uma variedade de técnicas de vigilância, regulações biopolíticas e produções de vida, dos corpos e das subjetividades.

Considerações

Não podemos esquecer que vivemos, de certa forma, em dimensões e aspectos variados, sob a existência de poderes políticos e democráticos que, pelo menos em tese, têm a função de manter a paz e a justiça num Estado de direito. Nessa direção, os processos e medidas biopolíticas são aplicados e tratados de forma diferente nas localidades globais. Em uma análise do contexto europeu, por exemplo, Salter e Waldby (2011) mostram que os países da Europa ocidental começaram a regular suas populações como seres biológicos e respaldados pelas ferramentas biotecnológicas e biomédicas. Para melhorar a produtividade física e disciplinar da produção de capital, esses países incrementaram as técnicas de controle de fertilidade, nascimento, sexualidade e mortalidade com aquelas advindas das biociências contemporâneas.

Gómez (2004), ao analisar o contexto biopolítico latino-americano, enfatiza que a condição biopolítica na América Latina, ao se propor o comprometimento com o corpo e com o dever social, está ainda diretamente relacionada com as formas de governo praticadas a partir do século XIX. Castiel (2010) expõe que, em lugares como o Brasil, por exemplo, é comum visualizarmos uma forma de guerrilha que se tornou mal disfarçada e cotidiana, reinstituída nas desigualdades econômicas e sociais, nos eventos cada vez menos incomuns de violência urbana associados, muitas vezes, a ações prepotentes de instituições oficiais encarregadas pela segurança.

Entretanto, em meio a essas estratégias de segurança, vemos surgir, desde o século XXI, outra forma ainda disfarçada de interpretar as diferenças sociais nos países latino-americanos: a regulação biopolítica das características biológicas (Gómez, 2004). Essas regulações “sutis” das condições vitais dos seres humanos exercidas pelas biopolíticas constituiriam o modo atual da existência do poder político em contraponto àquelas políticas violentas e diretas da governamentalidade militar.

Nessa espécie de biopolítica, as biomedicinas estão cada vez mais ligadas à geração de propriedade intelectual e de valores para os acionistas, a partir do desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas em genética humana, desenvolvidas por empresas privadas e universidades públicas. A saúde e a doença, por sua vez, emergem como campos férteis para rentabilidade das corporações. Nessa lógica, a própria medicina está se transformando e, além de ser fragmentada em uma complexa divisão do trabalho entre especialistas, tornou-se intensamente capitalizada (Rose, 2011).

A biomedicina atual configura-se como um “saber/poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e sobre a população, sobre o organismo e sobre os processos biológicos”, apresentando, com isso, medidas disciplinares para controlar e vigiar corpos individuais e efeitos regulamentares sobre a população (Foucault, 2005, p. 302).

A biomedicina, aliada às técnicas da engenharia tecidual, favorece atividades clínicas propedêuticas médicas para diagnóstico, tratamento, assistência e prevenção de doenças, e orienta possíveis patologias por meio de testes genéticos preditivos. A medicina preditiva reporta, sobretudo, ao estudo genético de indivíduos sadios para identificar genes mutantes os quais os predisponham a determinadas doenças de instalação na vida adulta. Esse tipo de medicina introduz uma forma de prevenção à doença no formato de probabilidades futurológicas por meio de técnicas da genética molecular (Llerena, 2000).

Prever e admitir riscos, estabelecer limites e regulamentar as práticas para evitar futuras doenças são como retóricas salvacionistas fixadas pelos médicos e pela lógica preventivista em saúde no cotidiano das pessoas. Ainda hoje, a biomedicina repete a retórica da salvação da modernidade, que enfatiza o desenvolvimento de medidas tecnológicas, econômicas e políticas capazes de concorrer para formas de saber e poder que participam da urdidura de objetos novos – como aqueles próprios à medicina regenerativa, e, em torno desses novos objetos, proposições sobre o governo do capital humano assumem facetas próprias.

Referências

- Bradoiti, R. (2007). Bio-power and Necro-politics. *Springerin, Heftefur Gegenwarts kunst*, 13(2), 18-23.
- Castiel, L. D. (2010). Risco e hiperprevenção: o epidemiopoder e a promoção da saúde como prática biopolítica com formato religioso. In R. P. Nogueira (Org.), *Determinação social da saúde e da reforma sanitária* (pp. 161-179). Rio de Janeiro: Cebes.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

- Foucault, M. (2008a). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *A arqueologia do saber* (7a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Franklin, S. (2000). Life Itself: Global Nature and the Genetic Imaginary. In S. Franklin, C. Luury, & J. Stacey (Eds.), *Global Nature, Global Culture* (pp. 188-227). Londres: Sage.
- Franklin, S. (2005). StemCells R US: Emergent Life form sand the Global Biological. In A. Ong & S. J. Collier (Eds.), *Global Assemblages: Tecnology, Politics, and Ethics Antropological problems* (pp. 59-78). United States: Blackwell Publishing.
- Gómez, Z. P. (2004). El régimen biopolítico en América Latina. Cuerpo y pensamiento social. *Iberoamericana*, IV(15), 7-19.
- Guareschi, N. M., Lara, E., & Adegas, M. A. (2010). Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o homo oeconomicus. *Psico*, 41(3), 332-339.
- Lazzarato, M. (2000). Du biopouvoir à labiopolitique. *Multitudes: revue politique, artistique, philosophique*, 1, 1-8.
- Lazzarato, M. (2013). *Biopolítica/Bioeconomia*. In I. C. F. Passos (Org.), *Poder, normalização e violência: incursões foucaultiana para a atualidade* (2a ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Llerena, J. C. A. (2000). Genética médica nas interfaces da ciência, ética e sociedade. In pdf F. Carneiro & M. C. Emerick (Orgs.), *Limite – a ética e o debate jurídico sobre acesso e uso do genoma humano*. Rio de Janeiro: Fiocruz. Recuperado de http://www.dbbm.fiocruz.br/ggente/publicacoes/limite/genetica_medica.
- Miller, P. & Rose, N. (2012). *Governando o presente: gerenciamento da vida econômica, social e pessoal*. São Paulo: Paulus.
- Novas, C. (2006). The political economy of hope: patients' organizations, Science and biovalue. *BioSocieties*, 1(3), 289-305.
- Ortega, F. (2004). Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hanna Arendt. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, 8(14), 9-20.

Prado-Filho, K. (2010). Uma genealogia das práticas de normalização nas sociedades ocidentais modernas. In S. Caponi, M. Verdi, F. S. Brzozowski, & F. Herlmann (Orgs.), *Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica* (pp. 183-191). Palhoça, SC: Unisul.

Rabinow, P. (1999). *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Rodrigues, T. (2013). Ecopolítica e segurança: a emergência do dispositivo diplomático-policial. *Revista Ecopolítica*, 5, 115-156.

Rose, N. (2011). *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Rose, N. (2013). *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus.

Salter, B. & Wadby, C. (2011). Biopolitics in China: An Introduction. *East Asian Science, Technology and Society: An International Journal*, 5, 287-290.

WALDBY, C. (2006), "Umbilical cord blood: From social gift to venture capital", *BioSocieties*, 1(1), 55-70.